

## NOTAS EXPLICATIVAS

### I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A Agência das Bacias PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ.

### II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD) e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### **IV - Resumo das práticas contábeis:**

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens (transferidos do – Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) A partir de recomendação da Auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os recursos financeiros da cobrança federal, enquanto não realizado o efetivo desembolso, permanecem em duas diferentes modalidades de aplicação financeira. Os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em

operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, a Agência das Bacias PCJ realizou a aplicação no Fundo Sigma da Caixa Econômica Federal, o qual atende os requisitos exigidos. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias, devem permanecer aplicados em caderneta de poupança.

Nota 9) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$267.298,22 (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias PCJ, em 2021, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2022.

Nota 10) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$830.962,57 (oitocentos e trinta mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), refere-se aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, nas bacias PCJ, em 2021, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2022.

Nota 11) O saldo da conta Recursos Ecocuenas a Receber, no valor de R\$185.295,88 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) refere-se aos recursos a receber do Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima), a ser repassado à Agência das Bacias PCJ, por meio do projeto EcoCuenas.

Nota 12) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	19/11/2021 a 18/05/2022	325.037,00
CONTRATOS FORNECEDORES 2017			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 10/2017	SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA	29/03/2021 a 28/03/2022	312.135,06
T.A. 38/2017	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	17/01/2021 a 16/01/2022	291.984,32
CONTRATOS FORNECEDORES 2018			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 31/2018	SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR	20/07/2021 a 19/07/2022	291.107,52
T.A. 33/2018	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP	20/08/2021 a 02/08/2022	982.551,00
T.A. 46/2018	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP	08/10/2021 a 08/10/2022	821.817,95
T.A. 56/2018	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA	14/10/2021 a 13/04/2022	93.175,35

CONTRATOS FORNECEDORES 2019			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 11/2019	BANCO DO BRASIL S/A	27/03/2019 a 26/09/2022	216.094,64
T.A. 07/2019	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	25/04/2021 a 24/04/2022	909.083,15
T.A. 14/2019	AACP SERVIÇO AMBIENTAL EIRELI ME	13/05/2021 a 12/05/2022	54.356,50
T.A. 37/2019	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	CT SUSPENSO PANDEMIA COVID-19	304.800,00
T.A. 41/2019	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	11/12/2021 a 10/12/2022	51.900,95
T.A. 42/2019	J. P. NADIN – ME	19/08/2020 a 18/08/2022	3.040,00
T.A. 44/2019	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	27/12/2021 a 26/12/2022	273.485,41
T.A. 45/2019	IMAGEM GEOSISTEMA E COMÉRCIO LTDA	11/01/2021 a 10/01/2022	200.584,64
CONTRATOS FORNECEDORES 2020			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 02/2020	MACIEL ASSESSORES LTDA	27/01/2021 a 26/01/2022	159.781,32
T.A. 13/2020	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	21/06/2021 a 20/02/2022	209.860,00
T.A. 28/2020	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	16/11/2021 a 16/11/2022	66.402,00
CONTRATOS FORNECEDORES 2021			
CT 01/2021	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	13/01/2021 a 12/01/2022	139.740,24
CT 07/2021	EQUILÍBRIO ENGENHARIA LTDA - ME	11/09/2021 a 10/03/2022	123.698,56
CT 09/2021	MAPA ADMINISTRADORA DE CONVÊNIO E CARTÕES LTDA	15/02/2021 a 14/02/2022	82.101,96
CT 11/2021	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP	13/04/2021 a 12/10/2022	48.888,88
CT 13/2021	MÁRCIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS	26/04/2021 a 25/04/2022	4.500,00
CT 15/2021	GABRIELA NERY DA SILVA DE MATTOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	10/05/2021 a 09/05/2022	8.400,00
CT 16/2021	BARRAÇÃO BOX DEPÓSITO INTELIGENTE LTDA	13/05/2021 a 12/05/2022	2.960,00
CT 18/2021	QUANTA CONSULT LTDA - ME	01/06/2021 a 31/05/2022	1.650,00
CT 22/2021	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	11/06/2021 a 10/06/2022	24.600,00

CT 26/2021	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – FUNEP	19/07/2021 a 31/12/2022	51.450,00
CT 27/2021	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	05/08/2021 à 04/08/2022	97.429,38
CT 29/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	10/09/2021 à 09/09/2022	220.123,00
CT 30/2021	ACQUAVIVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	13/09/2021 à 12/02/2022	10.800,00
CT 32/2021	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	05/11/2021 à 04/11/2022	600.545,00
CT 33/2021	BH PRESS COMUNICAÇÃO LTDA	23/09/2021 à 22/05/2022	59.178,00
CT 34/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	22/10/2021 à 21/10/2022	348.205,00
CT 35/2021	VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	28/10/2021 à 27/10/2022	32.061,28
CT 37/2021	GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA - EPP	25/11/2021 à 24/11/2022	2.539,90
CT 38/2021	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	10/12/2021 à 09/12/2022	297.497,86
CT 39/2021	MEDIALINK COMUNICAÇÃO E MARKETING	06/12/2021 à 05/12/2022	305.055,00
CT 40/2021	VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	10/01/2022 à 09/01/2023	120.133,00
CT 41/2021	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	10/12/2021 à 09/12/2022	1.236.617,17
CT 42/2021	SERMESTRA SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME	17/12/2021 à 16/12/2022	4.209,00
CT 43/2021	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.	30/12/2021 à 29/12/2022	1.224.655,25

Nota 13) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 14) Em 30 de dezembro de 2021, através do Termo de Doação nº 01/2021 foram doados 18 (dezoito) bens de informática, considerados inservíveis, à OSCIP Associação GAIA+ MJ nº 08071.002364/2015-97, inscrita no CNPJ sob o nº 21.354.603/0001-61, sendo destinados às atividades regimentais desse instituto, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade. O Termo de Doação está fundamentado no item 8.3 da Portaria ANA nº 376, de 1º de junho de 2021, na conformidade dos elementos constantes no Processo Administrativo nº 2021.00002.000634-85.

Nota 15) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2021, provisionados até a data de 31/12/2020, na esfera federal, no montante de R\$261.763,34 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), que representaram compromissos financeiros com fornecedores,

impostos, salários a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2020, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2021, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2020 com Pagamentos em 2021 – Federal</b>	<b>Valor – R\$</b>
ALGAR MULTIMIDIA S/A	1.364,63
BH PRESS COMUNICAÇÃO	10.875,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	4.841,20
IKHON GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	2.674,27
IMAGEM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA	89.698,83
MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO	2.091,66
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	60.805,36
TIM CELULAR S/A	1.024,53
SALARIOS A PAGAR	58.511,00
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	6.335,33
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	20.470,10
FÉRIAS A PAGAR	3.071,43
<b>TOTAL</b>	<b>261.763,34</b>

Nota 15.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2021, na esfera federal, o montante de R\$408.940,84 (quatrocentos e oito mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, rescisões de estagiários a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2021, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2022 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 – Federal</b>	<b>Valor – R\$</b>
BH PRESS COMUNICAÇÃO	13.880,22
MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO	2.091,66
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	94.908,93
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	188.312,34
SALARIOS A PAGAR	48.765,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	8.700,00
RESCISÕES A PAGAR	4.920,07
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	620,79
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	11.217,16
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	186,54
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	31.144,58
FÉRIAS A PAGAR	4.193,55
<b>TOTAL</b>	<b>408.940,84</b>

Nota 16) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores, na esfera estadual, no montante de R\$338.592,83 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), os quais representaram compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2020, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2021, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos sobre férias, conforme quadro abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2020 com Pagamentos em 2021 - Estadual</b>	<b>Valores em Reais</b>
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	800,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	506,79
JT PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA EIRELI	390,00
QUANTA CONSULTORIA LTDA	140,00
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	4.000,00
TELEFONICA BRASIL S/A	1.070,27
SALARIOS A PAGAR	16.802,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	2.967,00
INSS A PAGAR	37.461,52
FGTS A PAGAR	8.542,90
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.067,86
IRRF S/ RENDIMENTOS	28.217,02
INSS RETIDO TERCEIROS A RECOLHER	13,20
ISSQN RETIDO TERCEIROS A RECOLER	6,00
ALUGUÉIS A PAGAR	5.888,19
CONDOMÍNIOS A PAGAR	7.067,62
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	5.305,54
FÉRIAS A PAGAR	160.070,84
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	58.276,08
<b>TOTAL</b>	<b>338.592,83</b>

Nota 16.1) Valores provisionados em 2021, na esfera estadual, no montante de R\$370.540,85 (trezentos e setenta mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2021, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2022, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme quadro abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 - Estadual</b>	<b>Valores em Reais</b>
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	740,00
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - PRODESP	4.779,45
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	438,28
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	7.231,66
TELEFONICA BRASIL S/A	599,68
TIM CELULAR S/A	1.218,31
SALARIOS A PAGAR	20.962,00
INSS A PAGAR	36.405,38
FGTS A PAGAR	12.297,17
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.537,07
IRRF S/ RENDIMENTOS	40.107,03
ALUGUÉIS A PAGAR	8.522,30
CONDOMÍNIOS A PAGAR	7.082,32
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	575,33
FÉRIAS A PAGAR	167.927,10
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	60.117,77
<b>TOTAL</b>	<b>370.540,85</b>

Nota 17) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 18) A conta Recursos Federais (ANA) é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. A Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, estabelece que, do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio administrativo. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Repasse para os Empreendimentos contratados, Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020 e o Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025. A Resolução ANA nº 29 também define que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

#### COBRANÇA FEDERAL – em R\$

Período	Arrecadação		Rendimentos Financeiros		Limite p/ Custeio (7,5%)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Janeiro</b>	77.247,72	200.721,18	111.233,18	161.356,87	14.136,07	27.155,85
<b>Fevereiro</b>	111.809,64	106.444,14	111.148,81	157.801,60	16.721,88	19.818,43
<b>Março</b>	85.816,24	85.223,82	111.778,13	150.185,77	14.819,58	17.655,72
<b>Abril</b>	621.880,27	85.468,00	104.720,63	139.703,12	54.495,07	16.887,83
<b>Mai</b>	196.162,91	85.787,37	105.863,01	134.795,99	22.651,94	16.543,75
<b>Junho</b>	2.509.793,72	76.493,19	98.439,01	125.520,83	195.617,45	15.151,05
<b>Julho</b>	3.982.944,33	92.405,28	99.596,00	117.186,66	306.190,52	15.719,40

<b>Agosto</b>	4.600.500,49	1.702.196,34	103.617,77	109.073,56	352.808,87	135.845,24
<b>Setembro</b>	4.301.217,56	1.722.504,60	114.382,28	105.777,79	331.169,99	137.121,18
<b>Outubro</b>	4.071.687,76	1.808.775,01	124.291,03	109.242,32	314.698,41	143.851,30
<b>Novembro</b>	3.965.649,73	1.753.342,38	138.641,11	109.124,73	307.821,81	139.685,03
<b>Dezembro</b>	799.145,03	1.694.319,20	145.530,82	111.223,11	70.850,69	135.415,67
<b>Total</b>	<b>25.323.855,40</b>	<b>9.413.680,51</b>	<b>1.369.241,78</b>	<b>1.530.992,35</b>	<b>2.001.982,28</b>	<b>820.850,45</b>

Nota 18.1) A Agência das Bacias PCJ recebeu em 2021, a título de devolução de rendimentos financeiros, referentes aos repasses de empreendimentos contratados, o valor de R\$80.237,29 (oitenta mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), valor este que foi estornado à rubrica “Receita Diferida – Recursos Federai (ANA)”, com a finalidade de ser utilizado em novos projetos, empreendimentos ou no Programa de Aplicação Plurianual.

Nota 19) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$829.842,65 (oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

<b>DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL em R\$</b>		
<b>Discriminação das Despesas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas Trabalhistas	730.899,32	820.224,29
Despesas Gerais e Administrativas	41.162,12	162.712,52
Despesas Tributárias	14.011,17	12.100,96
Depreciação Bens Fundação	43.770,04	59.482,94
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	0,00	42,07
<b>SUB –TOTAL (DSD)</b>	<b>829.842,65</b>	<b>1.054.562,78</b>
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio PCJ	0,00	42,07
<b>TOTAL</b>	<b>829.842,65</b>	<b>1.054.520,71</b>

Nota 19.1) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos, de acordo com a Resolução ANA nº 29, de junho de 2020, apenas os valores dos salários líquidos, e 13º salário líquido dos Diretores da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários admitidos através de concurso público da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários aprovados em processo seletivo e reconduzidos do Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ, pois os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 19.2) Para cobrir o custeio administrativo do exercício 2021, a Agência das Bacias PCJ utilizou o saldo de R\$668.040,22 (seiscentos e sessenta e oito mil e quarenta reais e vinte e dois centavos), referente ao exercício de 2020, além de R\$161.802,43 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos) referente ao limite de custeio de 2021. Assim, para o exercício 2022, estará disponível o saldo remanescente de R\$1.852.292,02 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e dois centavos), tendo em vista a não utilização no exercício 2021.

Nota 19.3) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais, são partes integrantes desses relatórios.

Nota 20) A conta provisão para contingências (federal) apresenta a seguinte composição:

<b>PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – FEDERAL – em R\$</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Verbas Rescisórias	507.061,25	519.173,40
Processos Judiciais	7.247,29	7.247,29
Atualização Salarial - Convenções Coletivas	0,00	161.316,08
<b>TOTAL</b>	<b>514.308,54</b>	<b>687.736,77</b>

Nota 20.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em 2015 devido à entidade delegatária entender necessária a provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, teria vigência até 31 de dezembro de 2020. No entanto, celebrou-se o novo Contrato de Gestão nº 033/2020 com a ANA com vigência até 31/12/2025. Assim, visando evidenciar a possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, mediante a instituição de uma nova Agência de Águas nas Bacias PCJ, justifica-se a continuidade dessa provisão para contingências, em relação às verbas indenizatórias que seriam devidas no caso das rescisões contratuais de 9 colaboradores pagos com recursos da arrecadação federal. O valor foi constituído através do saldo de custeio administrativo (7,5%). Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2021.

Nota 20.2) Em 2021, houve o desligamento de dois funcionários pagos com recursos da arrecadação federal. A rescisão ocorreu por solicitação dos funcionários, não ocasionando a realização do valor provisionado, para fins indenizatórios. Para tanto, foi realizada a reversão da provisão para contingências, no valor de R\$54.402,46 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), valor esse estornado a rubrica de provisão para custeio federal (7,5%) – exercício corrente.

Nota 20.3) Em 2020, foi constituída provisão referente ao processo nº 0007773.07.2014.403.6105, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Campinas, sendo requerente CNDA – Conselho Nacional de Defesa do Meio Ambiente, e como requeridas a Agência das Bacias PCJ e Caixa Econômica Federal. A ação proposta pelo CNDA tem como objeto a desobrigação da restituição do valor de R\$144.945,81 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), bem como a exigência de pagamento de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais. A decisão considerou que o CNDA estava desobrigado a realizar o pagamento do valor de R\$ 144.945,81, uma vez que já havia decisão do Tribunal de Contas da União neste sentido. Com relação aos danos morais, o processo foi julgado improcedente. Com base na decisão exarada, a Agência das Bacias foi condenada em honorários de sucumbência no valor de 10% sobre o valor da ação, apurando-se o valor de R\$14.494,58 (catorze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), valor que será atualizado até o momento do cumprimento da sentença, devendo a Agência das Bacias PCJ arcar com 50% do valor e a Caixa Econômica com 50% restantes. A Fundação Agência das Bacias PCJ recorreu a decisão, todavia, a mesma foi mantida em 2ª instância, tendo o processo transitado em julgado. Será iniciado o cumprimento da sentença, justificando a criação da provisão ora mencionada.

Nota 20.4) Seguindo recomendação da Superintendência de Administração e Finanças da ANA, em 2021, por meio de Nota Técnica nº 47/2021/CCONT/COGEF/SAF, foram revertidas as provisões constituídas em 2020, referente à atualização salarial, do período de maio de 2018 a abril de 2020, devido ao fato de que, desde maio de 2018, não há atualização salarial dos funcionários da Agência das Bacias PCJ devido à discussão judicial dos processos de Dissídios Coletivos do SEAAC Americana e Região. Também cabe destacar que o pleito formulado pela Agência das Bacias PCJ junto a Comissão de Política Salarial do Estado não foi autorizado, conforme despacho constante no processo de referência SFP-EXP-2021/152862.

Nota 21) De acordo com o relatório dos processos judiciais em andamento apresentado pela assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ, existe o processo nº 1010843-85.2018.8.26.0451, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, sendo requerente a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e requerida a Agência das Bacias PCJ. A autora questiona o critério de cobrança pelo uso da água captado no Sistema Cantareira, no período compreendido entre março de 2014 e novembro de 2016, lapso de tempo em que a Região Metropolitana de São Paulo foi atingida por uma grave crise hídrica, onde a ANA e o DAEE reduziram as vazões máximas médias mensais permitidas para captação, contudo, a base de cálculo pelo uso da água permaneceu respeitando a vazão outorgada estabelecida inicialmente. A partir disso, expõe fundamentos alegando ilegalidade no valor da cobrança pelo uso da água, requerendo assim a inexigibilidade do valor de R\$2.706.909,58 (dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) depositado judicialmente. A Fundação Agência das Bacias PCJ contestou a ação. O processo encontra-se em 1ª instância, aguardando sentença. A assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ classificou a ação como possível perda, fato que não originou provisão de valores e, sim, apenas a contextualização nas notas explicativas.

Nota 22) A conta provisão para contingências (estadual) apresenta a seguinte composição:

<b>PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – ESTADUAL – em R\$</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Verbas Rescisórias	146.868,25	123.563,80
Atualização Salarial - Convenções Coletivas	0,00	116.558,61
<b>TOTAL</b>	<b>146.868,25</b>	<b>240.122,41</b>

Nota 22.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em no exercício de 2018, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisão contratual de 4 colaboradores pagos com recursos da arrecadação estadual. Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2021.

Nota 22.2) Em 2021, foram revertidas as provisões constituídas em 2020, referente à atualização salarial, do período de maio de 2018 a abril de 2020. Tal provisão é baseada no fato de que, desde maio de 2018, não há atualização salarial dos funcionários da Agência das Bacias PCJ devido à discussão judicial dos processos de Dissídios Coletivos do SEAAC Americana e Região. Destaca-se que o pleito formulado pela Agência das Bacias PCJ junto à

Comissão de Política Salarial do Estado, para aplicação dos índices de 1,70% na data base de maio/2018 e de 5,07% na data-base de maio/2019, não foi autorizado, conforme despacho constante no processo de referências SFP-EXP-2021/152862.

Nota 23) A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incluso no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ, repassados pela Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro.

Nota 24) Em 2017, os Comitês PCJ, através da Deliberação nº 258/2016, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2017 a 2020, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 25) Em 2020, os Comitês PCJ através de Deliberação nº 345/2020, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2021 a 2025, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União das bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 26) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil).

Nota 26.1) No exercício de 2021, não ocorreram repasses à Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia, e não houve desembolso referente a esse projeto.

Nota 26.2) No encerramento do exercício de 2021 o saldo a ser realizado pelo Projeto EcoCuencas, apresentava o montante de R\$337.765,12 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), reconhecido em conta do passivo "Projeto Ecocuencas", saldo esse que apresentou variação cambial no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, de R\$4.351,83 (quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos).

Nota 27) Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2022, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no

passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

<b>EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS A REPASSAR – Em R\$</b>			
<b>CONTRATO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
0539.120-61/2020	280.569,93	0,00	0,00
0540.724-89/2020	13.113,32	14.031,25	7.252,85
0540.726-07/2020	55.951,23	0,00	0,00
0539.134-21/2020	20.696,08	0,00	0,00
0540.775-00/2020	34.620,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>404.950,56</b>	<b>14.031,25</b>	<b>7.252,85</b>

Nota 28) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2017 a 2020, terão seu total desembolso durante o ano de 2022.

Nota 28.1) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2021 a 2025, reconhecidos no passivo não circulante, terão seu total desembolso durante o ano de 2023 de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro.

Nota 29) Os recursos financeiros disponíveis na conta “Receitas Diferidas – Repasse ANA (federal) estão provisionados no Passivo Não Circulante, tendo em vista que serão finalizados processos licitatórios e celebrados contratos em 2022 pela Agência das Bacias PCJ e tomadores de recursos para empreendimentos, sendo que os desembolsos deverão ser realizados nos exercícios de 2022 e 2023, conforme previsão de cronograma físico-financeiro.

Nota 30) A partir das informações disponibilizadas no Balanço Patrimonial do exercício 2021, o quadro a seguir esclarece com maior detalhamento a estimativa dos compromissos de curto e longo prazos a serem realizados com recursos da cobrança federal pela Agência das Bacias PCJ no período de 2022 a 2025.

<b>GRUPO</b>	<b>Estimativa de Desembolso – em R\$</b>			
	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>Custeio administrativo</b>	1.852.292,02	-	-	-
<b>Repasse para Empreendimentos</b>	662.477,48	404.950,56	14.031,25	7.252,85
<b>Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020</b>	1.248.509,14	-	-	-
<b>Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025</b>	7.862.856,55	560.911,41		
<b>Receitas Diferidas</b>	-	9.634.504,63	9.634.504,63	4.817.252,31
<b>Total</b>	<b>11.626.135,19</b>	<b>965.861,97</b>	<b>14.031,25</b>	<b>7.252,85</b>

Nota 31) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 31.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO), Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), Projeto EcoCuencas e Projeto Papel Zero (EDDigital), conforme quadros demonstrativos abaixo:

<b>Receitas Federais</b>	<b>2021 – (R\$)</b>	<b>2020 – (R\$)</b>
Receitas Transferência Federal (repasses)	1.718.389,81	3.720.363,93
Receitas Transferência Federal (custeio)	829.842,65	1.054.520,71
Receitas Transferência Federal (PAP 2013-2016)	0,00	323.821,49
Receitas Transferência Federal (PAP 2017-2020)	7.091.546,36	15.113.652,20
Receitas Transferência Federal (PAP 2021-2025)	5.482.997,68	0,00
Receitas Transferência Federal (EDDigital)	36.023,40	47.444,43
<b>Total das Receitas Federais</b>	<b>15.158.799,90</b>	<b>20.259.802,76</b>

<b>Receitas Estaduais</b>	<b>2021 – (R\$)</b>	<b>2020 – (R\$)</b>
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	2.131.489,11	1.944.492,89
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	233.306,48	105.956,56
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	198.544,58	261.963,56
<b>Total das Receitas Estadual</b>	<b>2.563.340,17</b>	<b>2.312.413,01</b>

Nota 31.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 31.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 31.4) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Nota 31.5) Os recursos de origem do Projeto EcoCuencas são aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deve respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 31.6) Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da Agência Nacional de Águas, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamentos de informática. A partir do exercício de 2021

haverá a continuidade do projeto ED Digital com a contratação de serviços relacionados ao tratamento e digitalização dos arquivos físicos produzidos pela Agência das Bacias PCJ no período de 2009 a 2020. Também haverá a contratação de manutenção e customização de funcionalidades do sistema de gestão de documentos utilizados pela entidade.

Nota 31.7) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e do Projeto EcoCuencas, bem como, os recursos Projeto Papel Zero – EDDigital, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 31.8) Em 2021, foi recebido a título de garantia contratual, o montante de R\$ 8.010,44 (oito mil e dez reais e quarenta e quatro centavos), referente ao contrato 09/2021 Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda. O valor representa 5% do valor do contrato e será restituído ao prestador após a execução total do contrato. Foi aberta Conta Poupança Banco do Brasil (Agência 1897, Conta 20031-x) para esta finalidade, e em contrapartida criada a conta do passivo “GARANTIA DE CONTRATO – MAPA ADM DE CONV E CARTOES”.

Nota 31.9) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.”

Ainda, item 15A:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual Secretaria Executiva dos Comitês, EDDigital, quanto de outras fontes, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 32) A Agência das Bacias PCJ é responsável por transmitir informações necessárias para emissão de boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, ao Banco do Brasil e também, prestar contas à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos dos recursos recebidos para custeio, conforme contrato de prestação de serviços de cobrança bancária firmado entre as partes acima mencionadas. A modalidade de cobrança bancária utilizada é a “Cobrança com Registro”, Convênio 2477882, na qual, a Agência das Bacias PCJ deverá enviar informações de cobrança dos usuários ao Banco do Brasil via arquivo digital e acompanhar diariamente a movimentação e controle da conta. Para tanto, a Agência das Bacias PCJ para controle dos valores arrecadados, apresenta conta bancária, no passivo denominada “Conta Banco do Brasil nº 9209-6 FEHIDRO (SIAFEM)”, onde é reconhecida a movimentação diária, porém, por não ser de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a autorização da realização das saídas dos recursos financeiros, a movimentação é nula no resultado do período. Foram reconhecidas apenas as transferências FEHIDRO de até 10% (dez por cento) dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas

bacias PCJ para despesas de custeio administrativo e pessoal estabelecido na proposta orçamentária para o exercício de 2021 aprovada pelos Comitês PCJ através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 347/20, de 11/12/2020, bem como no Decreto Estadual nº 50.667/2006, o qual estabelece os condicionantes para o fluxo financeiro e da aplicação dos recursos da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos. No encerramento do exercício, esta conta apresentava saldo de R\$319,38 (trezentos e dezenove reais e trinta e oito centavos).

Nota 33) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (ferreal e estadual);
- b) Repasses para empreendimentos;
- c) Plano de Aplicação Plurianual (2017-2020 e 2021-2025);
- d) Secretaria Executiva Comites PCJ;
- e) Projeto EcoCuencas;
- f) Projeto Papel Zero (EDDigital).

Nota 34) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações dos Comitês PCJ e os limites para custeio administrativo.

Nota 35) O superávit do exercício de 2021, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$527.202,89 (quinhentos e vinte e sete mil duzentos e dois reais e oitenta e nove centavos) e será alocado no patrimônio da entidade na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais	
	2021	2020
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	0,00	(42,07)
Fundo Patrimonial	527.202,89	204.262,16
Superávit exercício 2021	527.202,89	204.220,09

Nota 36) O saldo remanescente à rubrica Bens (transferidos do Consórcio PCJ) que figurava no Patrimônio Social da Agência PCJ, foi baixada conforme doação realizada em 30 de dezembro de 2021, através do Termo de Doação nº 01/2021, portanto os ativos imobilizados oriundos de transferência do Consórcio PCJ, foram doados ou encontram-se totalmente depreciados.

Nota 37) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 37.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 37.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2021, bem como os pagamentos efetuados.

<b>Movimentação Financeira – Federal – em R\$</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>23.980.880,71</b>	<b>33.922.127,19</b>
(+) Recursos Recebidos	26.177.103,30	9.128.280,46
(+) Rendimentos Financeiros	1.369.241,78	1.530.992,35
(+) Valores Rendimentos Devolvidos Empreendimentos	80.237,29	1.762,37
<b>(=) Sub Total</b>	<b>51.607.463,08</b>	<b>44.583.162,37</b>
(-) Desembolsos Custeio Federal	775.338,03	1.031.072,95
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos	1.718.389,81	3.720.363,93
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2013-2016)	0,00	367.800,52
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2017-2020)	7.206.588,47	15.407.368,26
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2021-2025)	5.224.192,44	0,00
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	2.722,88	75.676,00
<b>Saldo Final</b>	<b>36.680.231,45</b>	<b>23.980.880,71</b>

<b>Movimentação Financeira – Estadual – em R\$</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>6.097.829,27</b>	<b>6.046.625,84</b>
(+) Recursos Recebidos Custeio	2.275.422,61	1.851.608,06
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês	0,00	10.561,10
(+) Rendimentos Financeiros Custeio	233.306,48	105.956,56
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva	7.566,27	10.135,02
<b>(=) Sub Total</b>	<b>8.614.124,63</b>	<b>8.024.886,58</b>
(-) Desembolsos Custeio Estadual	1.897.759,39	1.673.347,54
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês	207.097,10	253.709,77
<b>Saldo Final</b>	<b>6.509.268,14</b>	<b>6.097.829,27</b>

<b>Movimentação Financeira – EDDigital – em R\$</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial em 01/01/2020</b>	<b>144.121,65</b>	<b>164.164,22</b>
(+) Recursos Recebidos EDDigital	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	3.835,06	3.554,93
(+) Estorno de Tarifas Bancárias	35,00	0,00
<b>(=) Sub Total</b>	<b>147.991,71</b>	<b>167.719,15</b>
(-) Desembolsos EDDigital	0,00	12.017,50
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	0,00	11.580,00
<b>Saldo Final</b>	<b>147.991,71</b>	<b>144.121,65</b>

<b>Movimentação Financeira – Outras Fontes – em R\$</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Recursos Recebidos – Garantia Contratual	8.010,44	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	165,60	0,00
<b>(=) Sub Total</b>	<b>8.176,04</b>	<b>0,00</b>
(-) Desembolsos Outras Fontes	0,00	0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>8.176,04</b>	<b>0,00</b>

Nota 38) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 38.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 39) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

<b>ITEM SEGURADO</b>	<b>COBERTURA – em R\$</b>	<b>VIGÊNCIA</b>
Empresarial	1.920.000,00	12/07/2021 a 25/05/2022
Vida em grupo	650.000,00	22/01/2021 a 22/01/2022
Gol EGR-1136	80.000,00	21/03/2021 a 21/03/2022
Gol EGR-1303	80.000,00	21/03/2021 a 21/03/2022
Polo EZT-1031	80.000,00	06/03/2021 a 06/03/2022